

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

CERCO MIDIÁTICO

O lugar da esquerda na esfera “publicada”

João Feres Júnior
Outubro de 2020



A análise da cobertura de imprensa, de 2014 até junho de 2020, revela viés expressivo contrário a Dilma, a Lula e ao PT, ao passo que Temer e Bolsonaro receberam tratamento bem mais benevolente.



Os editoriais têm posicionamento político em tudo idêntico aos artigos e colunas de opinião dos jornais, mostrando que os periódicos tentam assim induzir a formação de opinião que lhes interessa ao representarem um debate de ideias que espelha em tudo as opiniões dos editorialistas.



O início da Pandemia marcou a virada do tratamento crítico dos jornais em relação a Bolsonaro, porém, mantiveram cobertura positiva em relação aos ministros Paulo Guedes e Sergio Moro.

Índice

1.	Introdução	2
2.	Metodologia	4
3.	A dinâmica desde 2014	5
4.	A retórica da equivalência	8
5.	Visibilidade e apagamento nos jornais impressos	11
6.	Governo Bolsonaro nos editoriais	13
7.	Governo Bolsonaro nos artigos de opinião	16
8.	Conclusões	19
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1

INTRODUÇÃO

O presente estudo adota como baliza a ideia de cerco midiático. A expressão evoca uma metáfora espacial relacionada à ideia de limite, de barreira. Ela é adequada a ser trabalhada junto com o conceito de esfera pública, que também é metáfora espacial. Entre outras coisas, ambas metáforas tomam a forma da circunferência como base. A esfera é uma figura geométrica de três dimensões, já a palavra cerco traz à mente uma imagem bidimensional. Contudo, não é difícil pensar um cerco tridimensional, separando duas regiões: a de dentro e a de fora. Como tal, essa imagem é bastante útil para compreender os fenômenos examinados aqui, que dizem respeito ao comportamento dos grandes meios de comunicação brasileiros.

Há muitas teorias acerca da esfera pública, mas a mais influente nos dias de hoje é, sem dúvida, a do filósofo alemão Jürgen Habermas (1989, Calhoun, 1993). Segundo a teoria da democracia deliberativa desse autor, a esfera pública é onde se dá o processo de formação de opinião que provê legitimidade às instituições democráticas. Isso porque nesse espaço as pessoas exercitam o diálogo racional acerca dos projetos coletivos que são levados a cabo pelas instituições democráticas. Em outras palavras, ela é uma esfera comunicacional, de trocas de razões entre os cidadãos e cidadãs acerca de sua vida comum. A imprensa tem um papel fundamental na esfera pública, segundo o autor, pois em sociedades de massa, de dimensão gigantesca, essa troca de razões não pode ser feita exclusivamente por meio da linguagem oral. Nestes contextos, a comunicação é quase sempre mediada (Habermas, 1996). Mas Habermas está preocupado em apresentar uma teoria ideal da sociedade democrática, o que ele chama de contrafactual, e não explora os problemas reais que a operação da imprensa pode acarretar para o processo de formação de opinião em sociedades imperfeitamente democráticas, como é o caso de todos países do mundo.

O idealismo da concepção habermasiana foi criticado por muitos autores (Griffin, 1996, Fraser, 1990, Fraser, 1993), inclusive por alguns que identificaram um problema central no modo em que os meios de comunicação são tratados em seus escritos (Schudson, 1992). Adotamos aqui um conceito realista de esfera pública, como uma instância comunicativa disputada por poderosos agentes sociais, sendo que o mais forte deles ainda é a mídia tradicional (Hallin, 1994, Gitlin, 1998). Certamente, a grande mídia não é o único desses

agentes. Políticos eleitos, partidos políticos, institutos de opinião pública, membros do poder judiciário e até o Ministério Público muitas vezes entram na disputa pela representação do público. Contudo, a imprensa se dedica diuturnamente a essa tarefa de representação, servindo inclusive de mediação para esses outros agentes em disputa.

Diferentemente da versão do filósofo de Frankfurt, a esfera pública realista é um espaço no qual circulam não somente razões bem fundamentadas e sinceras, mas também boatos, informações distorcidas, silenciamentos, manipulações e, por que não dizer, fake news. Pensamos que tal concepção alargada é bem mais adequada a uma análise empírica dos fluxos comunicacionais em nossa sociedade do que uma que se esforça em conceber as coisas apenas como elas “deveriam ser”.

Há um efeito claramente ideológico relacionado ao esforço feito pela mídia tradicional de representar a própria esfera pública. Sim, pois ela não se posiciona publicamente como mais um debatedor, uma voz no debate público. Pelo contrário, os meios da grande imprensa brasileira, seguindo o ideal do jornalismo profissional norte-americano (Hallin and Mancini, 2004), se apresentam como a esfera pública per se, como espaço e não como agente. Daí os panegíricos à isenção e ao equilíbrio da prática jornalística e a defesa renitente da liberdade de expressão (Marinho *et al.*, 2011). Em sua autoimagem, a grande mídia é o quarto poder, aquele cujo papel é manter o funcionamento dos três poderes da república em bom estado e de acordo com a normalidade democrática, servindo inclusive de fio da balança em momentos de crise (Albuquerque, 1999). Ou ainda o cão de guarda, vigilante na defesa dos interesses da sociedade perante um estado em constante risco de se corromper (Whitten-Woodring, 2009, Feres Júnior *et al.*, 2015). Mostraremos aqui, contudo, que a função que os grandes meios de comunicação desempenham de fato no Brasil é bem diferente daquela que eles mesmos propagandeiam.

Qualquer estudo sobre a grande imprensa nos dias de hoje tem que se deparar com o fato do assombroso desenvolvimento das mídias sociais e serviços de mensageria¹ nos últi-

1 Denominados no restante do texto somente pela expressão “mídias sociais” a título de concisão.

mos anos. Ele é inegável, mas deve ser qualificado. A migração em massa dos conteúdos noticiosos para a internet, já a partir da virada do milênio, causou uma grave crise econômica nos meios tradicionais da imprensa, pois rapidamente se viram privados de boa parte de seus rendimentos advindos de assinaturas e de anunciantes (Bolaño, 2018). Os usuários, antigos assinantes, foram à internet em busca de notícias gratuitas ao passo que os anunciantes, por razões óbvias, os seguiram. As receitas que antes financiavam a operação dos grandes jornais e do telejornalismo agora são canalizadas por serviços como o GoogleAds a sites que muitas vezes não são produtores de conteúdo jornalístico. Os sites noticiosos de internet que não pertencem aos grandes grupos empresariais de mídia, vivem de parcas receitas obtidas na dura competição por anúncios no meio digital (Lattman-Weltman and Chagas, 2017). O resultado disso é que as antigas empresas de jornalismo entraram em profunda crise financeira, mas ainda são as únicas com capacidade operacional para produzir conteúdo jornalístico diário, no Brasil e em outros países mundo a fora.

Ironicamente, nos dias de hoje, as redes sociais se tornaram os verdadeiros meios enquanto as empresas da imprensa tradicional se restringem cada vez mais ao papel de produtores de conteúdo. Mas isso não é pouco, pois a maior parte do conteúdo que alimenta o debate público no Brasil é produzido por essas empresas, ainda que cheguem às pessoas por meio digital (Santos Junior, 2019). Isto é, a grande imprensa é cada vez menos mídia (meios), mas ainda tem um forte impacto sobre o debate público em nosso país. Some-se a isso o fato de as elites políticas, intelectuais e econômicas serem ainda fortes consumidores diretos da imprensa tradicional (SECOM, 2014).

Voltando à metáfora do cerco, ela nos parece apropriada não somente por sua pertinência espacial, mas por permitir que reflitamos sobre as estratégias de exposição e ocultamento adotadas pela grande imprensa brasileira ao longo dos anos no que toca a esquerda brasileira, com foco especial na cobertura dedicada ao PT e a suas principais figuras públicas. A ideia do cerco nos permite falar do agendamento e do enquadramento, duas operações centrais na produção diária da notícia e em sua sedimentação na forma de opinião pública.

O agendamento corresponde à prática de selecionar os temas a serem noticiados, dando especial atenção a alguns e silenciando sobre outros (Rojecki, 2014, Scheufele and Tewksbury, 2007). Ele não se aplica somente à narrativa de fatos, mas também às opiniões. Aqui o cerco denota aquilo que entra no debate público e aquilo que é esquecido, ou melhor, ignorado, apagado da representação do mundo. Na análise que segue, adotamos algumas estratégias para identificar e avaliar a intensidade dessa prática por meio da análise de dados quantitativos de um grande número de matérias.

Já o enquadramento é a maneira como um determinado fato é narrado; como seus diferentes componentes informacionais, atores, situações são descritos pela notícia e pelos textos de opinião (Campos, 2014, Mendonça and Simões, 2012). O enquadramento é claramente uma estratégia de hegemo-

nizar determinadas narrativas em prejuízo de outras possíveis. Analisar enquadramentos é entender como os conteúdos que estão dentro do cerco da esfera pública midiática são tratados. Na análise que segue, devido ao grande número de matérias, utilizaremos um tipo específico de análise de enquadramento bastante básica chamada análise de valência, que corresponde a classificação dos textos jornalísticos segundo sua posição em relação ao objeto noticiado como favoráveis, contrários, neutros ou ambivalentes.

É importante entender que a inclusão do debate midiático, isto é, o agendamento, não corresponde necessariamente a algo positivo para o objeto incluído. Somente a análise do enquadramento nos dá condições de avaliar se a inclusão é feita com o intuito de legitimar o objeto, de atacá-lo ou mesmo de dispensar-lhe um tratamento ambíguo ou neutro. O agendamento puro e simples de um político, um partido ou mesmo um governo no noticiário significa somente que esse ente está sendo tratado como objeto do texto jornalístico. Ao nos revelar a posição do texto em relação ao objeto noticiado, a análise de valência nos permite avaliar indiretamente a presença ou não da voz do objeto no noticiário. Se a cobertura do objeto é composta primordialmente de textos contrários, isso indica que ele está sendo tratado meramente como objeto de crítica e que sua voz não foi incorporada ao debate público midiático. A presença de textos ambivalentes e favoráveis mostra uma maior abertura dos jornais à voz dos objetos noticiados.

2

METODOLOGIA

Utilizaremos no presente estudo os dados da base do [Manchetômetro](http://manchetometro.com.br)¹ (manchetometro.com.br), projeto lançado em junho de 2014, no início do período oficial da campanha para as eleições presidenciais, e que desde então vem fazendo o acompanhamento diário da cobertura dos jornais impressos Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo, e do Jornal Nacional da Rede Globo, noticiário televisivo de maior audiência no país.²

Após o final do período eleitoral, a equipe do Manchetômetro continuou a fazer análises diárias, sem interrupção, cobrindo o comportamento da grande mídia brasileira ao longo do período mais turbulento da vida política nacional das últimas décadas. Sua base de textos jornalísticos codificados cobre os eventos recentes mais importantes como a campanha e eleição de 2014, a campanha pró e contra o impeachment, o impeachment de Dilma, o governo Temer, a campanha e eleição de 2018, o governo Bolsonaro, a pandemia do coronavírus etc.³

No caso dos jornais impressos, as análises levam em conta as manchetes e o texto integral das matérias da primeira página e das páginas de opinião. Estas últimas apresentam três tipos de textos: editoriais, artigos de opinião e colunas. Os editoriais contêm a opinião dos donos e editores dos jornais, aqueles responsáveis por tomar as decisões sobre quais temas serão cobertos e como eles serão abordados, seja em reportagens ou em outros artigos de opinião. Os colunistas, por sua vez, são profissionais de diversas áreas que escrevem periodicamente nas páginas dos jornais. Por fim, os artigos de opinião são textos feitos por articulistas convidados que escrevem sobre temas específicos e não estão vinculados ao periódico. Tanto os colunistas como os autores dos artigos de opinião convidados cumprem a função de representar o clima de opinião na esfera pública, ou seja, o debate público – eles são fundamentais para a função ideológica da imprensa de constituir a própria esfera pública, dando conta assim do

universo de opiniões válidas ou legítimas acerca de um assunto.

A análise do Jornal Nacional, por sua vez, leva em conta todo o conteúdo nele veiculado diariamente. Além da codificação de valências, o tempo de duração das notícias são computados, o que nos permite mapear a exposição relativa de cada assunto, personagem, partido ou tema polêmico.

A principal metodologia utilizada no Manchetômetro, a Análise de Valências, é empregada em trabalhos acadêmicos no Brasil e no exterior (Feres Júnior, 2016a, Feres Júnior, 2016b). Tal análise busca responder a seguinte pergunta: qual posição o texto expressa em relação ao assunto e aos personagens nele mencionados? Atribuímos à valência quatro valores: positiva, negativa, neutra e ambivalente. As notícias favoráveis são as que contêm referências predominantemente positivas ao personagem ou tema em questão, sejam elas factuais ou normativas (exemplo: “Programa X diminuiu drasticamente os níveis de desnutrição infantil nos estados da Região Nordeste” ou “Fulano de Tal cumpriu a maioria de suas promessas de campanha”). As contrárias são aquelas que contêm referências predominantemente negativas ao personagem ou tema em questão (exemplo: “Política econômica do governo não detém inflação” ou “Cicrano não é um ministro confiável”). Quando o texto é mormente descritivo e destituído de conteúdo claramente positivo ou negativo, ele recebe a classificação neutra (exemplo: “Congresso aprova lei Y” ou “Conheça as novas regras do programa Z”). Em caso de equilíbrio entre referências negativas e positivas, a notícia é classificada como ambivalente (exemplo: “Desemprego cai, mas inflação aumenta”).

No caso dos artigos de opinião, editoriais e textos mais longos na capa, a valência é atribuída a partir de um julgamento acerca de todo o conteúdo da matéria, pensando as referências nela contidas.

As notícias são classificadas por um membro da equipe e posteriormente revisadas por um segundo membro. Em caso de discordância sobre a valência atribuída, um terceiro membro é consultado e seu veredicto funciona como critério de desempate. A equipe é instruída a fazer classificações conservadoras, ou seja, apenas identificar valências positivas ou negativas nos casos em que a inclinação for clara e intensa. Isso protege a metodologia de ser acusada de exagerar na interpretação de tal ou qual cobertura midiática.

1 Ver manchetometro.com.br

2 A despeito de termos estreado o site em junho de 2014, a base de textos codificados do Manchetômetro tem início em 1º de janeiro daquele ano e se estende aos dias de hoje. Os dados da base estão disponíveis para o público em geral no endereço <http://manchetometro.com.br>.

3 O site do Manchetômetro também contém páginas com estudos especiais sobre o comportamento da grande imprensa ao longo das campanhas eleitorais de 1998 e 2010.

3

A DINÂMICA DESDE 2014

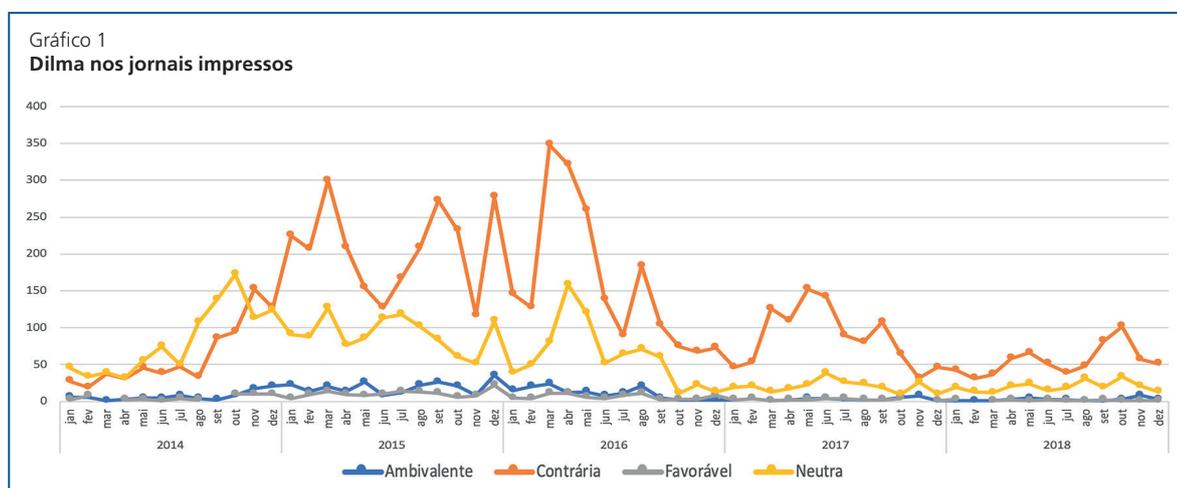
DILMA

Nosso exame mais detalhado da cobertura começa em 2014. É importante notar que a base de notícias do Manchetômetro é composta de uma mistura de textos de opinião (artigos de autores convidados, colunas de articulistas fixos dos jornais e editoriais) e chamadas de capa para reportagens (títulos de matérias e manchetes) e para artigos de opinião. Contudo, a imensa maioria das reportagens na base do Manchetômetro são do Jornal Nacional, enquanto o grosso dos textos dos jornais impressos que codificamos são opinativos. Assim, devido à natureza, a princípio, diferente de cada tipo de matéria e às diferenças de meio e público entre a imprensa escrita e a televisionada, vamos nos limitar no presente estudo apenas à análise dos jornais impressos.

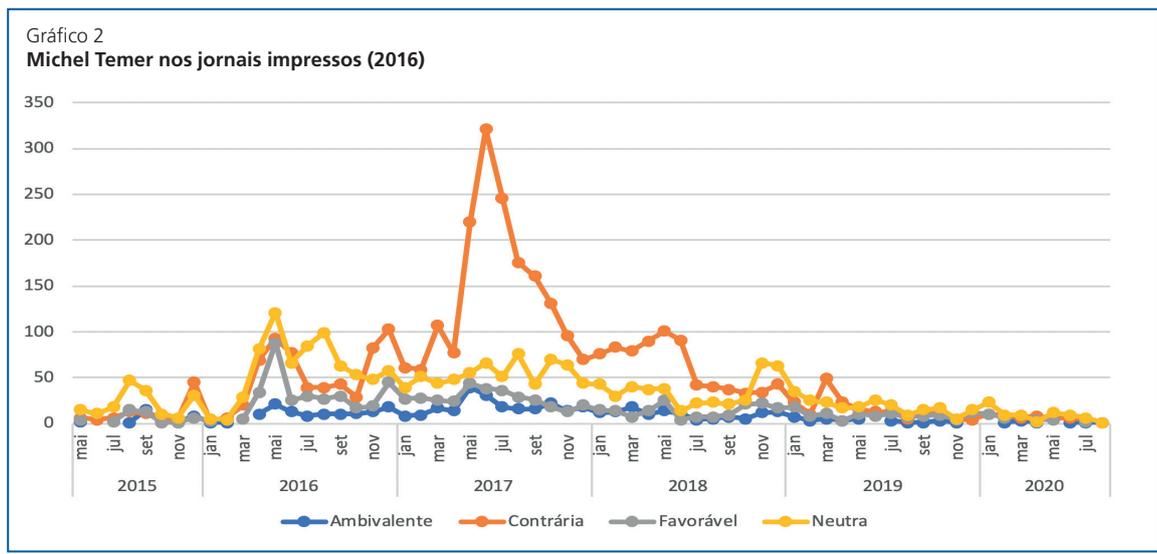
Em um primeiro relance, o gráfico abaixo já nos indica que podemos desprezar as matérias favoráveis e ambivalentes da cobertura recebida por Dilma, pois seu número é muito pequeno ao longo de toda a série histórica. Começamos no ano de 2014, no qual se desenrolou a campanha e a eleição presidencial que lhe deu seu segundo mandato. A presidente recebeu ao longo do ano, inclusive durante o período de campanha, uma cobertura que balanceava neutras e negativas. Como mostraram nossas análises do Manchetômetro¹, tal proporção, contudo, já lhe era bastante desfavorável se comparada às dos candidatos Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB), que foram tratados de maneira bem mais benevolentes pela imprensa.

A inclusão de Dilma Rousseff no noticiário com viés marcadamente negativo aumentou de maneira geométrica logo após a eleição, contrariando inclusive aqueles que acreditam haver lua de mel para presidentes eleitos no Brasil – no caso dela não houve (Feres Júnior and Sassara, 2018). Como mostra o gráfico 1, o número de negativos de Dilma viria a duplicar já em janeiro de 2015 e mais que triplicar em março, em relação aos níveis do final da campanha de 2014. É importante lembrar que esses dados representam quase que exclusivamente textos de opinião publicados nos três jornais. Os picos de quase 300 matérias negativas por mês dão uma média de cerca de 10 por dia, ou seja, uma média de mais de 3 matérias contrárias a Dilma Rousseff por jornal por dia, e praticamente nenhuma positiva.

Esse massacre midiático só se arrefeceu em meados de 2016, mais especificamente, em maio daquele ano, quando a presidente é afastada pela Câmara dos Deputados. Os jornais voltariam a lhe devotar uma carga forte de cobertura negativa no mês de agosto, não coincidentemente quando o Senado aprovou seu impeachment. Desde então, a intensidade de sua cobertura caiu bastante, mas sempre preservando perfil marcadamente negativo, como que para sedimentar o enquadramento de herança maldita de seu governo. É notável o pequeno pico de aproximadamente 100 contrárias no mês de outubro de 2018, subproduto da cobertura negativa recebida por Haddad e pelo PT no segundo turno da eleição.



1 Ver <http://manchetometro.com/index.php/category/analises/eleicoes-2014/>



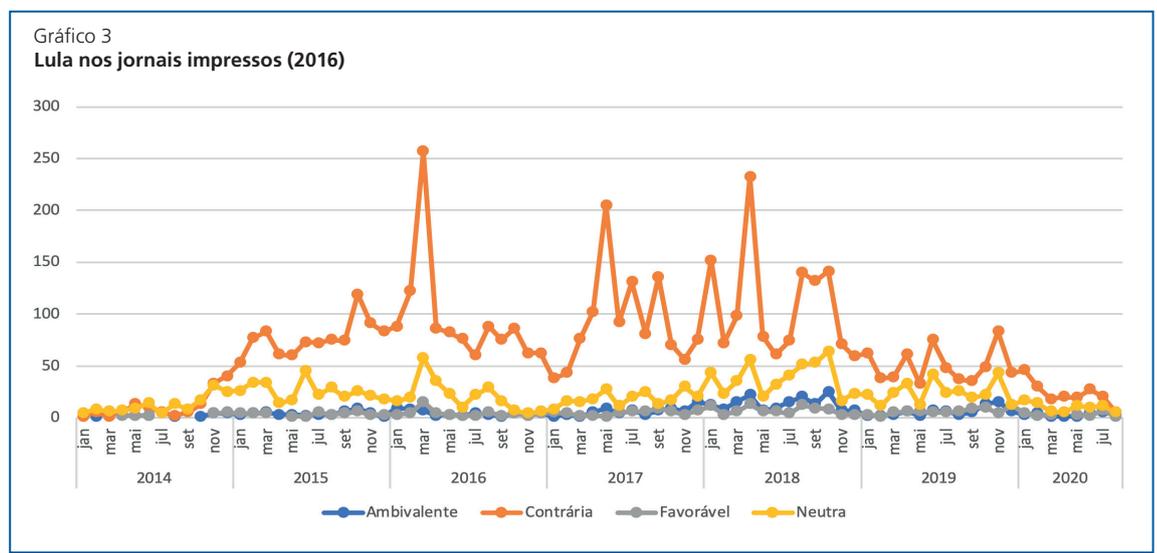
Vejamos agora como o perfil da cobertura de Dilma difere bastante daquele dedicada a Michel Temer (MDB), seu vice e sucessor.

Primeiro ponto a se notar é junho de 2016, quando as curvas de neutros e contrários da cobertura de Temer, que antes vinham juntas e bastante ativas, se bifurcam, com os neutros arremetendo e os contrários afundando e permanecendo na faixa inferior do gráfico até novembro daquele ano. Temer gozou de pacífica e longa lua de mel da parte dos editores e articulistas dos grandes jornais, a despeito do intenso envolvimento de seus ministros com escândalos de corrupção desde o início de seu governo. Isso viria a mudar com denúncias graves de corrupção oriundas da divulgação de gravação de conversa entre ele e o empresário Joesley Baptista, em julho de 2017 – evento responsável pelo mais alto pico de negativas em sua cobertura. Mas é exatamente aqui que se revela uma diferença impressionante no tratamento dispensado a ele e a Dilma. O número de contrárias cai mês após mês após o escândalo, vindo a se acomodar com as curvas das outras valências. Já na segunda metade de 2018 era como se nada tivesse acontecido.

Esse padrão seletivo da cobertura dos grandes jornais vai ficar ainda mais claro nas seções seguintes, quando tratarmos dos casos de Lula e do PT. Como mostramos acima, o argumento de que o viés negativo de Dilma se justifica por ela ser governo – derivado da tese da função Cão de Guarda da imprensa – não é correto, pois quando Temer foi governo recebeu tratamento bastante mais benevolente por parte da imprensa. Tampouco podemos afirmar que haja uma disposição automática da mídia brasileira para explorar escândalos de corrupção política, aquilo que alguns autores estrangeiros denominaram *feeding frenzy* (Maurer, 1999, Sabato, 2000), pois enquanto Dilma, a despeito de não estar diretamente envolvida em qualquer escândalo, teve sua cobertura associada, com frequência, à Operação Lava-Jato, como mostramos em outra ocasião (Feres Júnior *et al.*, 2018), Michel Temer, que acumula acusações e processos de corrupção, recebeu tratamento bastante tímido.

LULA

A disposição negativa da grande mídia brasileira em relação a Lula é conhecida e fartamente documentada (Mundim, 2012, Lattman-Weltman, 2011, Azevedo, 2017), ainda que os detalhes e a intensidade sejam ignorados pela maioria dos observadores.

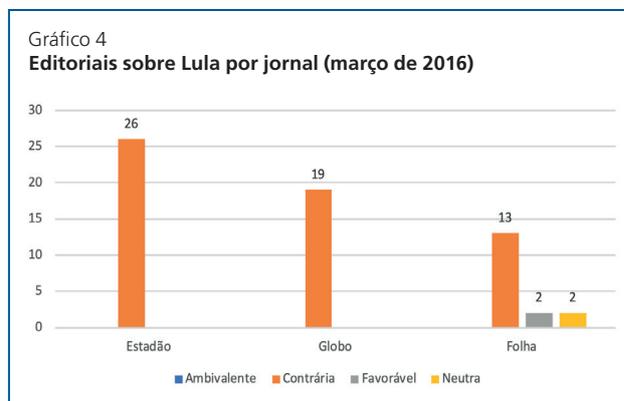


O pico maior da cobertura ocorre em março de 2016, mês em que o então juiz Sergio Moro ordenou a condução coercitiva de Lula para prestar depoimento e, dias depois, vazou gravação de chamada telefônica entre Dilma e o ex-presidente para a Rede Globo, o que redundou no cancelamento por parte do STF de sua nomeação para Ministro da Casa Civil. É importante lembrar novamente que os números mostrados aqui representam em sua maioria artigos de opinião e editoriais que tiveram Lula como tema. Em outras palavras, enquanto o ex-presidente tinha seus direitos civis e políticos violados pela ação da política federal, judiciário e Ministério Público, a mídia legitimou todo esse movimento. Somente neste mês foram 257 textos contrários, para 15 favoráveis e 58 neutros. Mais uma vez nos aproximamos da média de 3 textos negativos e meio por dia. Se juntarmos as neutras, que descrevem procedimentos bastante vexatórios para Lula, às contrárias, a média ultrapassa essa marca.

Como foram momentos de polarização de opiniões, é adequado compararmos contrárias e favoráveis, pois as últimas são textos que apontavam irregularidades nos procedimentos adotados por Moro, pelo Ministro Gilmar Mendes (que decidiu monocraticamente o cancelamento da nomeação de Lula) ou mesmo pela mídia, ou que defendiam os direitos e a inocência do petista. Pois bem, a proporção foi de 17 textos contrários a Lula para 1 favorável.

Outros números da cobertura de março de 2016 são bastante impressionantes. Os 3 jornalões publicaram um total de 62 editoriais que eram de alguma maneira desfavoráveis a Lula, contra dois favoráveis e dois neutros. A média aqui se aproxima de um editorial contra o petista por dia por jornal. Como o número de editoriais publicados nesses periódicos diariamente é dois, em média, há três conclusões a sacar aqui: (1) houve posicionamento ferozmente contrário ao ex-presidente por parte dos donos e editores dos jornais; (2) esse posicionamento foi refletido nos textos de opinião, que mostraram perfil negativo similar aos editoriais no agregado; e (3) houve um forte alinhamento da mídia com a Operação Lava Jato e as forças políticas que a sustentavam.

O leitor cético pode estar se perguntando se houve diferença no comportamento dos jornais, pois os números agregados, que até agora mostramos, não nos permitem compará-los. Abaixo trazemos gráfico que desagrega os editoriais por jornal.



Como se pode ver, há diferença. O Estadão voltou todas as baterias contra Lula, dedicando-lhe um editorial negativo por dia. O Globo chegou perto da marca, com dois editoriais negativos a cada 3 dias. E a Folha publicou praticamente um negativo dia-sim, dia-não. Levando em conta o alto grau de controvérsia que envolveu esses três eventos (condução coercitiva, vazamento da conversa e cancelamento da nomeação), que dividiu o campo jurídico e político em nosso país, a diferença de intensidade de viés entre os jornais empalidece. Onde foram parar as opiniões favoráveis a Lula? Por que não há sequer registro de editoriais ambivalentes, que pesam razões de ambas as partes nas questões altamente controversas relativas aos processos judiciais que foram movidos contra o petista? É imprudente rejeitar a hipótese de que a grande mídia brasileira se comporta como um bloco quando o assunto é o tratamento desfavorável dado à esquerda.

4

A RETÓRICA DA EQUIVALÊNCIA

Vamos focar agora em outro enquadramento virulento direcionado contra o PT e a suas figuras mais proeminentes e que flerta com a metáfora espacial do cerco. Ele diz respeito à equiparação da agenda do partido com a de Jair Bolsonaro, como se fossem radicalizações equivalentes, uma à esquerda e outra à direita do espectro político-ideológico. Segundo essa retórica, ambas posições estariam fora do âmbito razoável da democracia e, portanto, ameaçariam sua estabilidade em nosso país. O nome mais exato seria retórica da equivalência/exclusão, pois ela não somente iguala essas vertentes políticas como também declara estarem ambas fora do campo democrático. Por razão de economia, usaremos somente o adjetivo “equivalência”.

Tal retórica apareceu com grande força nos três jornais estudados pelo Manchetômetro ao longo da campanha à presidência de 2018. Analisando os editoriais nesse período, identificamos 14 textos no Estadão estruturados em torno da ideia de equivalência, 6 em O Globo e 6 na Folha de S.Paulo. Nove desses editoriais do Estadão utilizam também a palavra “lulopetismo”, termo inventado pelo jornalista Clovis Rossi, da Folha de S. Paulo, e que se tornou comum nos editoriais e colunas de opinião da grande mídia brasileira (Gagliardi, 2018). Lulopetismo é um xingamento que sintetiza várias ideias negativas em relação ao PT e a Lula, entre elas personalismo, autoritarismo, radicalismo antidemocrático, corrupção e populismo.

Os editoriais do Estadão não se limitam a utilizar o termo lulopetismo para atacar Lula e o PT, como também fazem os da Folha e d’O Globo, eles contêm também um grande número de imprecisões dirigidas ao ex-presidente e a seu partido. Seleccionamos algumas passagens abaixo para exemplificar o nível de belicosidade do jornalismo praticado por essa empresa:

O sequestro do debate político-eleitoral pelos interesses mesquinhos de um presidiário condenado...

o PT promove um insidioso discurso contra as instituições...

discurso fanático adotado pelo PT... retórica vingativa do PT...

[o PT promove] candidaturas francamente demagógicas...

[o PT promove] doutrina antidemocrática e concepções irresponsáveis de Estado...

[o PT continua sua tão característica pregação intolerante ... propostas populistas...

[o PT é constituído de] forças populistas, com tendências autoritárias, aqueles que sempre pautaram sua vida política por ideologias autoritárias...

...campanha presidencial com estridentes manifestações de hostilidade à democracia e às instituições que garantem seu funcionamento...

[Haddad] populista, que representaria a volta ao poder do grupo político responsável direto pela crise econômica, política e moral que o País hoje atravessa...

[Haddad] preposto de um presidiário. Décadas de um comportamento arrogante e excludente, que circunscreveu o debate nacional à surrada luta de classes e alimentou a cisão social, empobreceram a política e, como dano colateral, criaram o caldo de cultura no qual medrou o movimento que desembocou em Jair Bolsonaro...

...enquanto Lula da Silva montava a formidável estrutura corrupta que lhe garantiu quatro eleições seguidas, cooptando todo tipo de agremiação venal...

É possível arruinar a democracia por meio de sua desmoralização paulatina e constante, como faz o PT sistematicamente há mais de três décadas. O PT nunca admitiu contestação à sua ideologia. Impôs-se pela arrogância, patrulhando o pensamento e instaurando aquilo que John Stuart Mill, em seu clássico Sobre a Liberdade, chamou de “tirania da opinião e dos sentimentos dominantes”.

...a desfaçatez dos que há tempos se assenhorearam do Estado, aparelhando-o politicamente e arrancando-lhe privilégios, a herança maldita do lulopetismo...

Com o PT a democracia sempre esteve em risco, basta ver que, no momento em que Lula ocupava a Presidência da República e o partido desfrutava de ex-

pressivo apoio popular, a legenda optou por subverter a democracia representativa, comprando parlamentares por meio do esquema que depois ficaria conhecido como mensalão. Mesmo após a confirmação do caso, o PT não fez nenhuma autocrítica; A atual liberdade tem incomodado suas pretensões autoritárias.

[O] demiurgo petista Lula da Silva, presidiário representado na eleição por um preposto...

PT inovou ao antecipar o estelionato eleitoral; empulhação petista, a personalidade gelatinosa de seu chefe Lula da Silva...

...chefe petista Lula da Silva...

Foi basicamente esse clientelismo que impulsionou a transferência de votos de Lula para seu preposto na eleição, Fernando Haddad...

Bolsonaro segue a mesma cartilha de radicalização adotada há tempos pelo PT...

...criaram o fantoche Fernando Haddad...

Mas o que mais interessa para nosso presente propósito, em meio a esse mar de ódio, é o discurso da equivalência, tão claramente explicitados nas duas citações abaixo:

Lula da Silva e o PT são gêmeos univitelinos de Jair Bolsonaro.

O PT de Lula da Silva, assim, em nada se diferencia de seu antípoda, o bolsonarismo primitivo: ambos invocam a democracia com o objetivo de destruí-la assim que houver oportunidade.

A retórica histriônica do Estadão não deve confundir a compreensão do posicionamento dos outros dois jornais, que afirmavam em editorial repetidamente, até às vésperas do segundo turno da eleição de 2018, que Bolsonaro e o PT representavam ameaças equivalentes à democracia.

Passados mais de um ano e meio de governo Bolsonaro, a despeito das evidências abundantes de desprezo por valores e instituições democráticas dadas pelo presidente, seus ministros, correligionários e seguidores, o discurso da equivalência ainda permanece nos grandes meios de comunicação. No dia 13 de maio de 2020, o Estadão trouxe editorial comentando possibilidade de acordo entre Bolsonaro e o Centrão. Na conclusão do texto lê-se:

A concretização do acordo de Jair Bolsonaro com o Centrão representa o abandono da política prometida na campanha, escanteando a um só tempo o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Tal como Lula e Dilma fizeram, o tal pacto levaria o País à garra por meio da irresponsabilidade fiscal, tudo em troca de apoio político-eleitoral. De forma trágica e dolorosa, o País

vê como bolsonarismo e lulopetismo são semelhantes, se não nos meios empregados, certamente quanto aos fins que almejam.

Em editorial de 24 de maio, a ideia aparece novamente:

A extrema polarização política, não é novidade, só interessa aos irresponsáveis que figuram nos dois polos opostos. Jair Bolsonaro e Lula da Silva – ou quem quer que seja seu preposto – alimentam-se mutuamente da enorme rejeição que parcelas expressivas de cidadãos sentem por um e por outro.

Em editorial de 26 de maio de 2020, intitulado “Nascidos um para o outro”, o jornal comete as seguintes passagens:

Tanto o presidente Jair Bolsonaro como o chefe petista Lula da Silva se associam na mais absoluta falta de escrúpulos, em níveis que fariam até Maquiavel corar.

Jair Bolsonaro e Lula da Silva unem-se como siameses. Enxergam o mundo e seu papel nele da mesmíssima perspectiva. Tudo o que fazem diz respeito exclusivamente a seus projetos de poder, nos quais o Estado e o povo deixam de ser o fim último da atividade política e passam a ser meros veículos de suas aspirações totalitárias.

Ambos, Bolsonaro e Lula, só se importam com o sofrimento e a ansiedade da população na exata medida de seus objetivos eleitorais.

Mas tal retórica não se restringe ao jornal fundado por Júlio de Mesquita. O Globo traz enquadramento em tudo similar em editoriais recentes. Ao comentar o lançamento do Prêmio Nacional das Artes, produzido pelo secretário Roberto Alvim como homenagem ao ideólogo nazista Joseph Goebbels, o editorial comete a seguinte passagem:

O prêmio demonstra como o projeto bolsonarista de apoio às artes é, ou era, dirigista, intervencionista. Nada diferente do que em qualquer Estado autoritário. Se a sociedade e instituições rejeitaram este mesmo desvio na era lulopetista, inclusive com o apoio de Regina Duarte, faz o mesmo agora (sic).

Para além da redação que revela um controle incerto da língua portuguesa, o trecho traz uma equiparação clara da política cultural do governo do PT ao dirigismo nazista e, de passagem, utiliza a imprecisão “lulopetista” para carregar no tom negativo.

Outra tirada antipetista que frequenta os editoriais do Globo é aquela que culpa Lula e seu partido pelo sucesso de Bolsonaro, como no editorial publicado em 27 de fevereiro de 2020, a seguir:

Jair Bolsonaro tem biografia conhecida, construída em 28 anos de mandatos exercidos como representante corporativo de militares e policiais, com um perfil de

extrema direita. Foi beneficiado em 2018 por uma conjunção feliz para ele, em que a debacle da esquerda, desestabilizada pelo desastre ético lulopetista e pela teimosia do ex-presidente Lula em continuar dono do PT, somada à falta de nomes para ocupar espaços no centro, permitiu a sua eleição, com a ajuda de muitos que usaram o voto para punir o PT.

O estilo da passagem lembra o Estadão, pelo tom agressivo, seletivo e acusatório. Novamente o xingamento “lulopetista” aparece para marcar o discurso de ódio.

No dia 2 de julho de 2020, os editorialistas de O Globo produziram mais uma pérola da retórica da equivalência:

O bombardeio de mensagens em época de campanha é recurso que já foi usado pelo PT e serve de base para processo que a chapa Bolsonaro-Mourão enfrenta no TSE. As armas digitais não discriminam ideologia.

Agora, a retórica da equivalência é de aplicação mais tópica. Há indícios fortes de que Bolsonaro tenha usado de esquemas ilegais de difusão de mensagens pelo WhatsApp na última campanha. O Globo então declara que o PT fez uso da mesma trapaça eleitoral.

A retórica da equivalência não está somente no jornalão do Grupo Globo. Só para citar um exemplo ilustrativo de outra mídia desse conglomerado, em comentário no Jornal das 10 da GloboNews do último dia 11 de julho, a jornalista Eliane Cantanhede disse que as ameaças de Jair Bolsonaro à imprensa são equivalentes ao tratamento diferenciado que Lula dava aos “blogueiros sujos”. Ou seja, em sua visão, ambos desrespeitariam igualmente a liberdade de expressão (representada pela grande imprensa).

Por fim, a Folha de S.Paulo se juntou a seus pares publicando no dia 23 de agosto editorial intitulado “Jair Rousseff”, no qual argumenta que Bolsonaro estaria se igualando a Dilma ao “liberar as chaves dos cofres do governo na esperança de, mais adiante, garantir uma reeleição mais tranquila”.

O debate recente sobre fake news tende a exagerar a separação entre narrativa factual, como em reportagens, e opinião – como é o caso da agências de fact checking, a maioria delas braços operacionais da grande imprensa. Na prática do fazer jornalístico brasileiro, contudo, essas instâncias estão frequentemente misturadas, tanto em reportagens peneiras de opiniões quanto em textos de opinião que narram fatos. A retórica da equivalência pertence a essa última categoria. Na superfície parece somente uma opinião. Contudo, como mostramos aqui, ela vem frequentemente misturada a falsidades factuais, como a acusação de que o PT tenha cometido crimes eleitorais pelo WhatsApp comparáveis aos atribuídos ao bolsonarismo; de que a política cultural dos governos do PT era nazi-fascista, entre tantas outras. Mas a falsidade factual mais gritante e mais central à essa retórica é sua afirmação peremptória de que os governos do PT colocaram as instituições democráticas em risco.

5

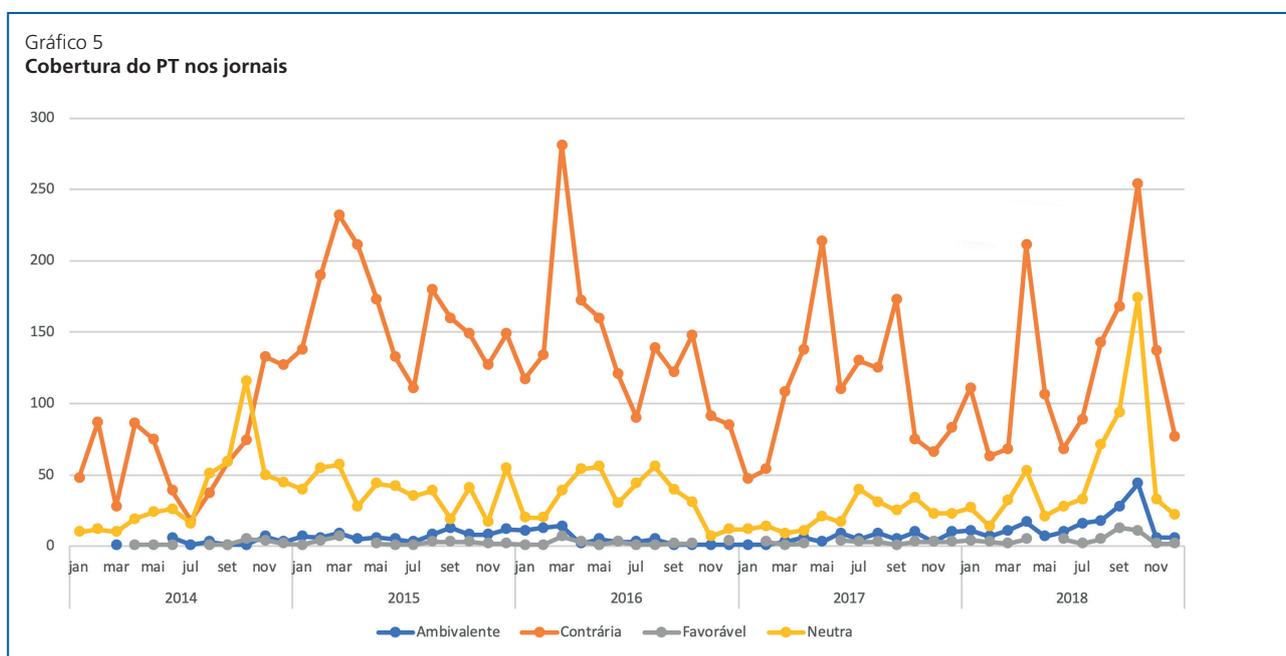
VISIBILIDADE E APAGAMENTO NOS JORNAIS IMPRESSOS

Até o momento, utilizamos a imagem do cerco para falar de inclusão no noticiário, mas com forte viés negativo, como nos casos de Dilma, Lula e do PT, algo que pode parecer paradoxal. Na verdade, a metáfora é plenamente operante já nesse ponto, pois o que parece somente inclusão é de fato uma brutal exclusão. Dilma, Lula e o PT foram incluídos como objetos da cobertura, mas suas vozes e as vozes das pessoas que com eles partilham opiniões e posições políticas foram sistematicamente silenciadas pela cobertura de imprensa. Isso podemos notar pelo forte desequilíbrio entre textos favoráveis e contrários – lembremo-nos que nossa base é composta em grande medida por textos de opinião, nos quais os autores frequentemente tomam posição.

Colunistas e autores convidados de artigos de inclinação progressista foram praticamente banidos dos grandes jornais brasileiros, com raríssimas exceções em O Globo e na Folha, jornal que utiliza o subterfúgio do *token leftist* – aquele colunista de esquerda que é colocado na edição só para não parecer que o jornal publica exclusivamente artigos de direita. Esse papel, na Folha, foi desempenhado por Guilherme Boulos, Laura Carvalho, André Singer. Atualmente, Fernando Haddad é o titular da função.

Mas a figura de Haddad na imprensa também nos ajuda a entender outro aspecto do cerco: a exclusão pura e simples, como voz e objeto da cobertura. Mostramos acima que Dilma e Lula são incluídos, mas somente como objeto de depreciação. Vejamos agora as curvas da cobertura do Partido dos Trabalhadores.

Já mostramos em outras ocasiões, com base nos dados do Manchetômetro, quão mais intensa é a cobertura negativa do PT em comparação àquela recebida por outros partidos, como PSDB, (P)MDB e PP, mesmo quando esses partidos são alvo de sérias acusações de corrupção e desvios de verbas públicas. É importante notar algumas fases da cobertura neste gráfico. Começamos no ano de 2014, quando a cobertura negativa, que vinha bastante negativa no período pré-campanha foi mitigada durante a campanha para depois subir para um patamar quatro vezes maior. O massacre sofrido por Dilma durante seu segundo governo se refletiu na cobertura do partido – muitos textos citam desfavoravelmente a presidente e o PT. Contudo, praticamente não houve arrefecimento para o partido depois da remoção da presidente. A razão para isso é a cobertura negativa de Lula, também de grandeza estratosférica, e fortemente associada ao PT.



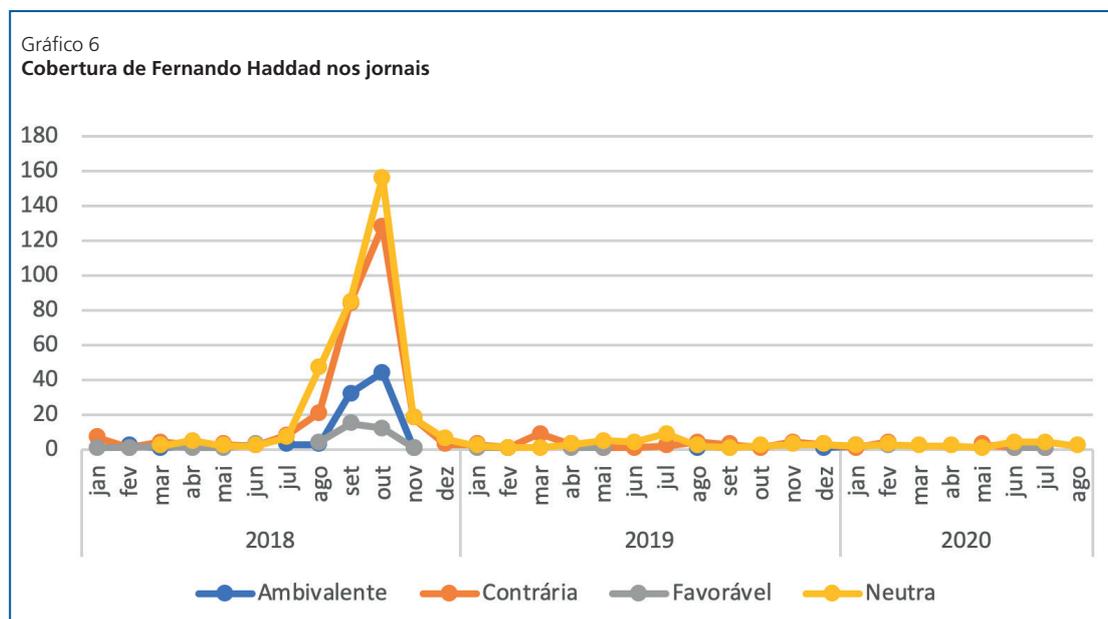
O gráfico 3, que traz a cobertura do ex-presidente, mostra que ele continua a “apanhar forte” da imprensa até os dias de hoje, ainda que a intensidade da cobertura tenha caído desde os dias de “glória” da Operação Lava Jato. O mesmo ocorre com o PT, a intensidade da cobertura caiu, mas ela é ainda bastante forte e negativa.

Vejamos agora o perfil da cobertura dedicada a Fernando Haddad, candidato à presidência pelo partido em 2018.

O gráfico mostra de modo claro que ex-professor da USP foi noticiado fartamente durante o período da campanha, com uma cobertura negativa na prática empatada com a neutra, mas já no mês seguinte ao segundo turno simplesmente “sumiu do mapa”, ou melhor, foi sumido.

O candidato do PT recebeu 47 milhões de votos no segundo turno da eleição, ocupou os cargos de Ministro da Educação e Prefeito de São Paulo, mas foi praticamente banido da esfera pública midiática – a não ser por aparições esporádicas e por sua coluna na Folha de S.Paulo.

As estratégias de visibilização e apagamento adotadas pela grande imprensa cumprem o papel de constituir no âmbito da esfera publicada atores que representam o governo, a oposição, a sociedade civil, corporações do estado, o mercado etc. Visivelmente está sendo roubado do PT o papel de ator central da oposição ao governo Bolsonaro, ainda que de fato o partido desempenhe esse papel no parlamento e na cabeça de boa parte do eleitorado. Mas isso é matéria para estudo alentado que devemos deixar para ocasião futura.



6

GOVERNO BOLSONARO NOS EDITORIAIS

Nessa seção mudaremos ligeiramente a abordagem para tentar capturar o posicionamento dos jornais impressos ao longo dos quase dois anos de Governo Bolsonaro. Também tentaremos estabelecer se houve alguma alteração significativa dos padrões da cobertura com o advento da pandemia. O foco de nossa análise é o tratamento recebido pela esquerda, mais especificamente o PT e seus principais políticos. Incluiremos na análise Bolsonaro e seu governo, a fim de que tenhamos parâmetros de comparação.

Primeiramente nos debruçamos sobre os editoriais, isto é, os textos que expressam o posicionamento dos jornais, comparando dois períodos, o segundo Governo de Dilma Rousseff (Jan/2015-Abr/2016) e o Governo Bolsonaro (Jan/2019-Ago/2020). O número de meses é próximo, mas não idêntico. Para resolver esse problema de comparar dois elementos de diferentes dimensões, além de expormos os números brutos da cobertura, calcularemos o Índice de Viés (IV), segundo a seguinte fórmula:

$$IV = \frac{F - C}{T}$$

F = número de textos favoráveis, C = número de textos contrários e T = a soma total dos textos favoráveis, contrários, neutros e ambivalentes.¹

Comecemos por comparar o tratamento editorial dispensado ao PT no Governo Dilma II.

Tabela 1
O PT nos Editoriais – Governo Dilma II

Rótulos de Linha	Ambivalente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	13	353		19	385	-0,92
O Globo	5	230	1	12	248	-0,92
FSP	6	110	1	21	138	-0,79
Total Geral	24	693	2	52	771	-0,90

¹ Tal índice é simples, mas bastante poderoso para descrever esse tipo de distribuição de valências. Seu valor varia de 1 a -1. Se a cobertura for exclusivamente favorável, o índice é 1, se for exclusivamente contrária ele é -1. Como o número de contrárias é subtraído do de favoráveis, se houver equilíbrio entre favoráveis e contrárias, o índice fica em torno de zero. Ademais, se houver muitas neutras e/ou ambivalentes, como esses textos são computados no denominador da fórmula, a força do numerador será mitigada trazendo o resultado mais para perto de zero. Finalmente, resultados negativos significam cobertura com proeminência de contrárias e positivos com proeminência de favoráveis.

Como veremos ao final dessa seção, o PT não tem par quando se trata de negatividade do posicionamento editorial durante o segundo governo de Dilma. Os números absolutos de todos os jornais demonstram que o combate político ao PT foi intenso. Mesmo levando em consideração o fato de o Estadão publicar três editoriais por dia, enquanto seus pares publicam somente dois, nota-se olhando para os números absolutos da cobertura que esse combate foi mais intenso naquele jornal e no Globo do que na Folha de S.Paulo. Mas essa é uma gradação sutil dentro dos limites de um alto grau de negatividade. A Folha publicou uma proporção de 110 editoriais negativos para um favorável no período, e o IV, ainda que abaixo daquele de seus pares, é também extremamente negativo – praticamente 0,8.

Como adotamos o critério de codificar como neutros os textos que têm menções meramente descritivas e como ambivalentes aqueles que oferecem razões pró e contra de maneira mais ou menos equilibrada, o número absoluto e a proporção de ambivalentes servem bem para estimarmos a abertura do jornal ao contraditório, o que no caso analisado corresponde a dar voz às razões do campo petista. Nesse quesito, a Folha não se sai melhor que os outros dois jornalões na tarefa de banir o PT e suas razões do debate.

Vejamos como o PT é tratado nos dias de hoje pelos editoriais desses mesmos jornais.

Tabela 2
O PT nos Editoriais – Governo Bolsonaro

	Ambivalente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	1	182	2	28	213	-0,85
O Globo	1	132	4	27	164	-0,78
FSP	23	73	2	50	148	-0,48
Total Geral	25	387	8	105	525	-0,72

A primeira coisa a se notar é o IV geral, pois ele caiu pouco desde os dias de Dilma, de -0,90 para -0,72. Os jornais ainda demonstram feroz viés antipetista, sendo o Estadão ainda o líder, com -0,85, e o Globo seguindo de perto, com -0,78. Só para se ter uma ideia da intensidade desse antipetismo, o viés que os editoriais do Globo têm hoje em dia é comparável ao que a Folha tinha nos anos Dilma. A Folha destoa parcialmente de seus pares aqui, mostrando queda mais acentuada de viés, para -0,48. Mesmo assim, são 73

editoriais que citam o PT desfavoravelmente contra somente 2 favoráveis. O aumento da ambivalência só se registra na Folha. Os outros jornais continuam monolíticos em seu posicionamento, isto é, as posições assumidas por esses jornais expulsam as razões petistas do âmbito das opiniões válidas.

Vejamos agora como evoluiu a cobertura de Lula.

Tabela 3
Lula nos editoriais – Governo Dilma II

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	7	243	2	24	276	-0,87
O Globo	2	162	3	15	182	-0,87
FSP	4	38	4	14	60	-0,57
Total Geral	13	443	9	53	518	-0,84

Tabela 4
Lula nos editoriais – Governo Bolsonaro

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão		121	2	19	142	-0,84
O Globo	7	118	1	22	148	-0,79
FSP	7	30	4	21	62	-0,42
Total Geral	14	269	7	62	352	-0,74

A resposta curta é: não evoluiu. Há mudanças pequenas, como a queda geral de exposição do petista – foi objeto de 518 editoriais ao longo do Governo Dilma II e no Governo Bolsonaro de 352 –, ou a mitigação do viés da Folha, que agora está em -0,42, mas nenhuma mudança substantiva. Lula continua a ser execrado pelos três jornais.

É preciso ter em mente que esses resultados que comparam os dois períodos já, de cara, refutam a tese do papel de cão de guarda da mídia, pois o PT e Lula são alvejados intensamente quando são governo e também quando não são.

Curiosa é a comparação entre as coberturas editoriais recebidas por Dilma e Bolsonaro na presidência, como mostram os gráficos a seguir:

Tabela 5
Dilma nos editoriais – Governo Dilma II

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	20	424	12	60	516	-0,80
O Globo	12	246	9	43	310	-0,76
FSP	29	195	5	48	277	-0,69
Total Geral	61	865	26	151	1103	-0,76

Tabela 6
Bolsonaro nos editoriais – Governo Bolsonaro

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	29	636	28	126	819	-0,74
O Globo	21	323	20	87	451	-0,67
FSP	92	464	18	35	609	-0,73
Total Geral	142	1423	66	248	1879	-0,72

Os números absolutos de Bolsonaro são maiores em parte porque na data em que esse trabalho foi feito, agosto de 2020, ele já acumulava mais meses na presidência do que Dilma no segundo mandato, que durou até seu afastamento do cargo no começo de maio. Novamente nos deparamos com uma diferença entre graus altos de intensidade, nesse caso com “vantagem” para o ex-capitão. Os números absolutos mostram que ele é em média mais comentado em editoriais do que foi Dilma.

Contudo, ao focarmos nos IVs, a conclusão é outra. Dilma ganha na dimensão da negatividade do tratamento recebido. O viés negativo de sua cobertura é mais pronunciado no Globo e no Estadão e praticamente empata na Folha. Essa comparação é relevante por revelar muitos aspectos do antipetismo midiático. Dilma raramente atacou a imprensa, mesmo nos momentos em que essa lhe devotava o tratamento mais malicioso. Já Bolsonaro vive às turras com repórteres e meios de comunicação e arregimenta seus correligionários nessas batalhas contra a imprensa. Globolixo é um neologismo que se tornou corrente nos arroubos linguísticos e discursos do camp bolsonarista. A posição da presidente petista em relação a valores não destoava muito daquela esposada pelos grandes meios, que são no geral razoavelmente liberais nesse quesito. Já o reacionarismo de Bolsonaro é constantemente exposto como escandaloso pela imprensa. Assim, a única possível explicação para esses índices de viés, tirando o antipetismo epidérmico e irracional, é a posição em relação à economia. É preciso notar que as políticas econômicas de ambos não conseguiram debelar a crise econômica que enfrentam. Contudo, os donos dos jornais foram veementemente contrários ao desenvolvimentismo de Dilma, enquanto nutrem simpatia pelo neoliberalismo do gabinete bolsonarista, como veremos a seguir.

Por fim, comparamos abaixo a variável Governo Federal nos editoriais, no período Dilma II com os resultados mais recentes do Governo Bolsonaro.

Tabela 7
Governo Federal nos editoriais – Dilma II

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	26	269	8	64	367	-0,71
O Globo	18	334	10	35	397	-0,82
FSP	36	253	6	41	336	-0,74
Total Geral	80	856	24	140	1100	-0,76

Nesse ponto, introduzimos uma outra hipótese de investigação, que é a da mudança de perfil da cobertura do Governo Federal após a eclosão da pandemia da Covid-19. Para fazermos isso, dividimos a cobertura em dois momentos, antes e durante a pandemia. No gráfico abaixo, vemos o perfil da cobertura do Governo no período que vai da posse de Bolsonaro até o final de fevereiro de 2020, como mostra a tabela 8.

A diferença aqui é a mais pronunciada das quatro comparações que fizemos e ela é francamente a favor do Governo Bolsonaro, que recebe tratamento negativo, mas bastante mais benigno que aquele recebido pelo Governo Federal no

Tabela 8
Governo Federal nos editoriais – Bolsonaro
(janeiro/2019- fevereiro/2020)

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	88	464	53	212	817	-0,50
O Globo	30	211	39	143	423	-0,41
FSP	115	315	25	41	496	-0,58
Total Geral	233	990	117	396	1736	-0,50

segundo mandato de Dilma. A boa performance midiática relativa do Governo Federal sob Bolsonaro se dá a despeito de ele contar entre seus integrantes com Abraham Weintraub, Ricardo Salles, Paulo Guedes, Augusto Heleno, Damares Alves, Ernesto Araújo e tantas outras figuras de comportamento grosseiro, abertamente agressivo e, por vezes, bastante aberrante. Mesmo no âmbito estrito dos resultados obtidos até a eclosão da pandemia, o Governo Bolsonaro parece ter se esmerado em produzir coisa alguma, a não ser a destruição de bens públicos e desarticulação de políticas públicas – exceção feita à Reforma da Previdência, que foi de fato liderada pelo Congresso Nacional, com forte apoio da mídia. O tratamento dispensando a essa reforma por parte da grande imprensa merece um estudo em si.

Agora vejamos os números da cobertura dos editoriais que o Governo Federal obtém no período da pandemia.

Tabela 9
Governo Federal nos editoriais – Bolsonaro (março-agosto/2020)

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	33	274	10	49	366	-0,72
O Globo	32	156	2	35	225	-0,68
FSP	43	163	2	13	221	-0,73
Total Geral	108	593	14	97	812	-0,71

A conclusão primeira é que a pandemia teve graves consequências para a cobertura do Governo Bolsonaro. Todos os jornais aumentaram significativamente seu viés negativo, galgando patamar em torno de -0,71. Basta uma rápida comparação com a tabela 7, que contém os números do Governo Dilma II, em particular para o Índice de Viés (IV), para concluirmos que somente com a pandemia a cobertura do Governo Bolsonaro atingiu níveis de negatividade comparáveis aos do segundo governo de Dilma nos editoriais dos jornais – é como uma “corrida para o fundo do poço”. Foi preciso o fracasso retumbante do Governo do ex-capitão no enfrentamento da pandemia, com a demissão de dois ministros da saúde em plena crise sanitária, a nomeação de um general sem experiência médica para o posto e a ultrapassagem da marca de 100 mil mortes para que isso ocorresse.

7

GOVERNO BOLSONARO NOS ARTIGOS DE OPINIÃO

Os artigos de opinião, diferentemente dos editoriais que anunciam a posição do jornal, têm a função comunicativa de representar a esfera pública, ou seja, o conjunto de opiniões relevantes acerca do objeto discutido.

Assim como fizemos com os editoriais, comparamos agora os artigos de opinião dos 3 jornais no período do Governo Dilma II e do atual Governo Bolsonaro. Focamos a análise nas variáveis PT e Governo Federal a fim de capturar os movimentos relativos do posicionamento dos meios em relação às forças políticas no poder e ao principal partido de esquerda do país.

Tabela 10
PT nos textos de opinião – Governo Dilma II

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	4	107		12	123	-0,87
O Globo	4	301	2	12	319	-0,94
FSP	25	337	5	80	447	-0,74
Total Geral	33	745	7	104	889	-0,83

Não deve ser surpresa para o leitor atento, a constatação de que os índices de viés da cobertura do PT são fortemente negativos. Textos favoráveis ao partido praticamente inexistiram – somam sete em um período de quase um ano e meio. É preciso ter em mente, contudo, que agora não se trata simplesmente do posicionamento do jornal, mas sim do retrato que ele faz do debate público. O que vemos aqui é a quase total exclusão da posição do partido, que no período ocupava a presidência da república e seus principais ministérios. Não é necessário fazer uma exegese dos diferentes debates transcorridos ao longo do Governo Dilma II para afirmar que o PT e seus correligionários tinham neles opiniões e posições baseados em argumentos públicos. Infelizmente, esses argumentos foram, na prática, banidos da esfera publicada.

A falta de textos favoráveis significa basicamente que os jornais se negaram a publicar contribuições de pessoas que defendiam as posições do partido. Cabe também olhar para o número de textos ambivalentes, pois eles necessariamente pesam argumentos pró e contra. Neste caso teríamos autores que estão dispostos a reconhecer que em determinado assunto há opiniões favoráveis e contrárias ao Partido dos Trabalhadores. Mas os textos ambivalentes são praticamente inexistentes em O Globo e Estadão, e na Folha repre-

sentam pouco mais que 5% do total de textos que citam o PT de alguma maneira.

Vejam na tabela 11 quem são os autores mais frequentes de textos opinativos nesses jornais ao longo do segundo governo de Dilma.

É curioso notar que o único autor que destoava do padrão de total massacre do PT é Bernardo Mello Franco, jornalista tido por muitos na época como o “petista” da Folha de S.Paulo. Ao examinarmos as valências de suas colunas, contudo, é possível concluir que essa impressão de petismo advém muito mais do contraste de seu posicionamento com o do restante dos colunistas do jornal e, por que não dizer, da grande mídia impressa em geral. Em números absolutos Mello Franco foi bastante crítico ao partido, raramente tomando seu lado nos textos e produzindo uma taxa de contrárias em relação a neutras de quase 2 para 1. Vale destacar a escalação para os quadros de colunistas dos jornais de figuras como Aécio Neves (Folha), candidato do PSDB derrotado em 2014 que fez campanha aberta para o impeachment de Dilma ao longo de todo o período; de publicistas da extrema direita como Rodrigo Constantino (O Globo) e Denis Rosenfield (Estadão); e do próprio Paulo Guedes (O Globo), ideólogo neoliberal que viria a tornar-se peça chave do Governo Bolsonaro.

Na tabela 12 examinamos o tratamento dispensando ao PT nos textos de opinião dos jornais no período Bolsonaro.

A comparação aqui deve ser com a tabela 10, que representa a cobertura de textos opinativos no Governo Dilma II. O número total de textos caiu para quase metade, mas ainda é bastante alto para um partido que não está no Governo Federal, no Governo do Estado de São Paulo ou mesmo na Prefeitura da Cidade de São Paulo, sede de dois dos jornalões. O Estadão conseguiu a façanha de aumentar seu viés antipetista, que já era altíssimo. Os outros dois jornais diminuíram os seus em torno de 0,3, o que é significativo. No caso de O Globo, essa queda se deveu basicamente ao aumento do número de neutras, que são referências descritivas, e não à inclusão de vozes ou argumentos petistas nos textos, o que se refletiria pelo aumento de favoráveis e/ou ambivalentes. A Folha ainda apresenta 4 textos críticos ao partido para 1 ambivalente, sendo que a proporção de ambivalentes agora ultrapassa levemente 10% do total de textos. É uma melhora em direção a inclusão da perspectiva do partido nos textos, mas muito tímida.

Tabela 11

Autores mais frequentes de textos de opinião sobre PT – Governo Dilma II

	Ambivalente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão						
Denis Rosenfield		17		1	18	-0,94
Fernando Gabeira		11		2	13	-0,85
José Serra		11			11	-1,00
Carlos Alberto Di Franco		10		1	11	-0,91
Fernão Lara Mesquita	1	10			11	-0,91
O Globo						
Elio Gaspari		33	1		34	-0,94
Rodrigo Constantino		29			29	-1,00
Carlos Sardenberg	1	27		1	29	-0,93
Paulo Guedes		20		2	22	-0,91
José Casado		21			21	-1,00
FSP						
Bernardo Mello Franco	12	68	3	36	119	-0,55
Hélio Schwartzman	2	31		7	40	-0,78
Valdo Cruz	2	34		3	39	-0,87
Igor Gielow		32		4	36	-0,89
Aécio Neves		32			32	-1,00

Tabela 12

PT nos textos de opinião – Governo Bolsonaro

	Ambivalente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	1	115	1	14	131	-0,87
O Globo	4	164	3	64	235	-0,69
FSP	20	85	7	66	178	-0,44
Total Geral	25	364	11	144	544	-0,65

Tabela 13

Autores mais frequentes de textos de opinião sobre PT – Governo Dilma II

	Ambivalente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão						
José Nêumanne		25		4	29	-0,86
Denis Lerrer Rosenfield		21		2	23	-0,91
Fernão Lara Mesquita		15		1	16	-0,94
Fernando Gabeira		6	1	3	10	-0,50
Marco Aurélio Nogueira		6		1	7	-0,86
O Globo						
Merval Pereira	3	82	1	30	116	-0,70
Elio Gaspari		16		3	19	-0,84
Ascânio Selene		13	2	4	19	-0,58
Bernardo Mello Franco		6		9	15	-0,40
Carlos Sardenberg		11		2	13	-0,85
FSP						
Bruno Boghossian	6	20		19	45	-0,44
Hélio Schwartzman	2	12		8	22	-0,55
Mariliz Pereira Jorge	2	7		7	16	-0,44
Rainer Bragon	4	1		5	10	-0,10
Ruy Castro		5	1	4	10	-0,40

Na tabela 13, listamos os autores mais frequentes de textos opinativos que fazem referência substantiva ao PT ao longo do Governo Bolsonaro.

Se na listagem anterior tínhamos uma mistura de jornalistas, políticos e pessoas públicas, agora são quase todos jornalistas. Na verdade, os medalhões do jornalismo de cada impresso estão muito bem representados nessa lista, isto é, são também eles campeões do antipetismo.

Além dessas comparações entre os dois períodos, é preciso ter em mente a comparação entre os resultados gerais da análise dos textos de opinião e da análise dos editoriais, pois estamos também investigando aqui se os grandes jornais de fato praticam o pluralismo que professam. Constatamos, pela comparação dos Índices de Valência, que o perfil dos textos de opinião sobre o PT é quase idêntico àquele encontrado nos editoriais dos mesmos jornais. Tal conclusão refuta a tese do pluralismo de opiniões, pelo menos no que tange o tratamento dado ao PT.

Vejamos agora o que ocorre quando o objeto dos textos é o Governo Federal.

Tabela 14
Governo Federal nos textos de opinião – Governo Dilma II

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	2	92	1	25	120	-0,76
O Globo	19	474	5	34	532	-0,88
FSP	54	491	14	99	658	-0,72
Total Geral	75	1057	20	158	1310	-0,79

Dando continuidade ao teste da hipótese de que houve mudança de perfil da cobertura do Governo Federal após a eclosão da pandemia da Covid-19, dividimos a cobertura dos textos de opinião em dois momentos, antes e durante a pandemia. No gráfico abaixo, vemos o perfil da cobertura do Governo no período que vai da posse de Bolsonaro até o final de fevereiro de 2020.

Tabela 15
Governo Federal nos textos de opinião – Bolsonaro (janeiro/2019- fevereiro/2020)

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	66	277	33	123	499	-0,49
O Globo	85	548	31	173	837	-0,62
FSP	148	894	87	96	1225	-0,66
Total Geral	299	1719	151	392	2561	-0,61

Primeiramente, notamos o alto grau de negatividade dos textos de opinião sobre o Governo Federal, seja sob Dilma ou Bolsonaro. Mas, na comparação, o governo do ex-capitão se sai melhor nos três jornais, com destaque para O Globo e Estadão. Sinal desse tratamento mais benigno são os 12% de ambivalentes em relação ao total de textos, taxa que para o Governo Dilma II não chegava à metade, 5,7%. Em suma, a despeito da qualidade do Governo Bolsonaro, suas razões são mais publicadas pelos jornais do que eram as do governo petista em passado recente.

No que toca a comparação entre a posição dos editoriais e dos textos de opinião, notamos um alinhamento quase perfeito para o Governo Dilma II, o que significa a exclusão de petistas e de suas ideias do espaço impresso dos jornais – para reativarmos a metáfora do cercamento – e, portanto, a refutação da tese da pluralidade. Em outras palavras, as pessoas contratadas pelos jornais para escreverem esses textos expressam a mesma opinião de seus donos.

No caso do Governo Bolsonaro antes da pandemia, textos de opinião se mostram mais contrários do que os editoriais em O Globo e na Folha, e somente no Estadão têm total alinhamento – comparar com a tabela 8. A razão por trás dessa diferença não é inteiramente clara, mas arriscaríamos dizer que está relacionada ao perfil da cobertura de Paulo Guedes, Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, e de sua política econômica. Os textos de opinião da base do Manchetômetro são publicados na seção de política dos jornais – não codificamos os textos da seção de economia. Já os editoriais tratam frequentemente de política e de economia, separadamente ou em conjunto no mesmo texto. A hipótese de um tratamento mais favorável à política econômica capitaneada por Guedes explicaria tal resultado, pois teria impacto mais nos editoriais do que nos textos de opinião política. Voltaremos a esse tópico na próxima seção.

Tabela 16
Governo Federal nos textos de opinião – Bolsonaro (março-agosto/2020)

	Ambi- valente	Contrária	Favorável	Neutra	Total Geral	IV
Estadão	18	149	11	44	222	-0,62
O Globo	46	358	5	29	438	-0,81
FSP	44	404	21	37	506	-0,76
Total Geral	108	911	37	110	1166	-0,75

Vejamos agora o que acontece com o advento da pandemia.

O perfil da cobertura do Governo Federal nos textos de opinião tornou-se mais negativo em todos os jornais analisados. Em termos da comparação entre textos de opinião e editoriais para o mesmo período, há variações em torno de números bastante negativos, com o Estadão mais negativo nos editoriais, o Globo mais negativo nos textos de opinião e a Folha cravando um empate. Isto é, no atacado, os convidados e contratados continuaram a seguir a opinião dos patões.

Como a cobertura do Governo Bolsonaro é fortemente negativa por todo período é de se esperar que argumentos pró-governo estejam presentes nos textos ambivalentes. De fato, taxa de ambivalentes pelo total de textos também caiu de 12% no período anterior à pandemia para 9% depois de sua eclosão. Ainda assim, ela é expressivamente maior do que a obtida pelo Governo Dilma II nas páginas de opinião dos jornais.

8

CONCLUSÕES

O presente estudo tem a função de fornecer um diagnóstico acerca do lugar da esquerda brasileira, mormente do PT e de algumas de suas figuras políticas mais importantes, na cobertura da grande imprensa.

Por meio da metáfora do cerco mostramos como a grande mídia utiliza de estratégias diferentes de representação para quase invariavelmente apresentar a esquerda, seus adeptos e suas ideias de maneira desfavorável. Entre tais estratégias está a inclusão intensiva no noticiário, mas somente como objeto de detração, não como voz, e a exclusão como objeto e voz. Quando governo, o PT era noticiado segundo a primeira estratégia. Depois de apeado do poder, a estratégia de dupla exclusão passa a vigorar.

Mostramos também que a retórica da equivalência, ao representar um partido de centro-esquerda, que por 13 anos à frente da presidência do país respeitou diligentemente as instituições democráticas, como um bando de radicais que ameaçam a democracia, comete o equivalente ao fake news. Na verdade, a coleção de escândalos fabricados pela grande imprensa brasileira em períodos eleitorais e extra-eleitorais, já estudados por nós em outro texto (Feres Júnior and Sassara, 2016), é passível de ser tomado como uma forma de fake news que precede o advento das redes sociais. A cobertura do sequestro de Abílio Diniz, em 1989, inaugura essa triste “tradição” da imprensa tupiniquim. Mesmo a edição feita pelo Jornal Nacional do debate entre Lula e Collor, naquele mesmo pleito, também produziu um falseamento da realidade em tudo similar ao fake news.

Exploramos aqui apenas uma pequena parcela dos dados disponíveis na base do Manchetômetro. Há muitas outras maneiras de mostrar esse viés midiático, comparando com outros atores políticos, filtrando diferentes tipos de texto, escolhendo períodos, focando em eventos etc., como nós do Manchetômetro temos feito em várias oportunidades. O resultado, contudo, não difere do enorme desalento constatado aqui.

Wished it away! Essa expressão em inglês captura bem a atitude que a maior parte da esquerda brasileira e particularmente o PT teve em relação ao problema da comunicação e formação de opinião política em nosso país. Muitos diziam: “a grande imprensa não ganha mais eleições no Brasil”, usan-

do para tal conclusão os exemplos das seguidas vitórias do PT em pleitos presidenciais. Outros acreditavam que as redes sociais iriam promover a democratização da informação política, ou mais ainda, propiciar finalmente o advento da democracia participativa e deliberativa, dissolvendo o poder das grandes empresas de mídia e, nesse movimento, o poder do capital de influenciar a formação de opinião.

Mas nada disso aconteceu, isto é, não adiantou olhar para o outro lado à espera de que o mal passasse. As grandes empresas de jornalismo continuam a oligopolizar a produção de informação política em nosso país. Elas continuam todas concentradas no mesmo espaço do espectro político-ideológico que vai da centro-direita à direita. Elas continuam religiosamente comprometidas com a defesa do neoliberalismo e dos interesses dos capitais financeiro e agroexportador, em prejuízo dos setores mais desprivilegiados de nossa sociedade. E, mais importante, elas continuam fervorosamente anti-esquerda e antipetistas. Se a esquerda algum dia reganhar o poder no Brasil, vai ter que virar a face e encarar esse bicho-papão de frente.

Mas não é recomendável esperar esse advento, pois o problema da politização da mídia nacional não é simplesmente partidário ou mesmo da esquerda. Resolvê-lo, ou pelo menos mitigar suas consequências, é tarefa urgente imposta a todos que anseiam por uma democracia verdadeira em nosso país. Não há democracia possível sem debate democrático e não há debate democrático quando os cidadãos e cidadãs são informados de maneira defectiva e tendenciosa. A manipulação do noticiário pode ser entendida inclusive como crime eleitoral, como já argumentei em outra ocasião¹, e fere centralmente a isonomia dos direitos políticos.

A solução para esse estado de alta politização “partidária” da comunicação no Brasil é complexa, pois deve ser concebida levando em conta tanto as necessidades comunicacionais de uma democracia saudável quanto a tática política para

1 Ver o trabalho em parceria com San Romanelli Assumpção (IE-SP-UERJ) intitulado “O problema do valor equitativo das liberdades políticas: apontamentos normativos sobre financiamento político, grupos de interesses e meios de comunicação”, apresentado no encontro anual da ANOPCS. Em <https://anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/2741-uncategorized/1867-grupos-de-trabalhos-gts>

atendê-las. Essas necessidades devem ser pensadas do ponto de vista do partido, do governo e da sociedade civil como um todo – cada instância tem suas especificidades e funções dentro de uma democracia real. Abaixo, elenco algumas questões fundamentais para que possamos avançar em direção a uma democracia mais sólida do ponto de vista da comunicação:

- Um partido democrático não pode pensar a questão da comunicação de maneira instrumental. É preciso que sua direção e instâncias reconheçam o valor do pluralismo de ideias tanto interno quanto externo ao partido.
- É preciso reconhecer que a questão da comunicação é fundamental para a democracia e não um “problema” que surge somente em períodos eleitorais.
- Se no passado a esquerda tinha que lidar com o constante viés negativo da grande imprensa, hoje temos dois problemas: as redes sociais e a grande imprensa. É preciso reconhecer seus diferentes papéis na comunicação política democrática e traçar estratégias específicas para cada uma dessas esferas.
- As estratégias para se avançar em ambos os campos são necessariamente diferentes.
- A democratização da produção de conteúdo informativo, hoje ainda oligopolizado pela grande imprensa, requer um esforço de concertação com outras forças democráticas e a constituição de estruturas institucionais fora dos partidos de esquerda.
- O ticket de entrada no mercado da grande imprensa é altíssimo e somente uma solução coletiva de envergadura pode tornar viável um grande meio de comunicação democrático no Brasil.
- Para que esse projeto seja viável é preciso o engajamento das principais figuras públicas da esquerda e centro-esquerda brasileira, incluindo políticos, artistas, publicistas e outras celebridades. A batalha pela comunicação democrática poderia se tornar uma campanha cívica que desse a largada e, ao mesmo tempo, servisse de suporte para um processo de renovação democrática do país.

Há muito mais a ser dito sobre esse assunto, mas deixo tal empreitada para outra ocasião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, Afonso de (1999) "Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil", *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 1, n. 1, p. 23-57.
- Azevedo, Fernando Antônio (2017) *A Grande Imprensa e o PT (1989-2014)*, São Carlos, Editora UFSCar.
- Bolaño, C (2018) "Economia política da internet, mediação e jornalismo: para a crítica da comunicação e da tecnologia", *Revista Eptic*.
- Calhoun, Craig (1993) *Habermas and the Public Sphere*, The MIT Press.
- Campos, Luiz Augusto (2014) "A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa", *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 377-406.
- Feres Júnior, João (2016a) "Análise de valências, debate acadêmico e contenda política", *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 20, p. 313-22.
- Feres Júnior, João (2016b) "Em defesa das valências: uma réplica", *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 277-98.
- Feres Júnior, João; Barbabela, Eduardo & Bachini, Natasha (2018) "A Lava Jato e a mídia", In Kerche, Fábio & Feres Júnior, João (eds) *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. p. 199-228.
- Feres Júnior, João & Sassara, Luna de Oliveira (2016) "Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política", *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 35, n. 2, p. 205-25.
- Feres Júnior, João & Sassara, Luna de Oliveira (2018) "Failed Honeymoon: Dilma Rousseff's Third Election Round", *Latin American Perspectives*, v. 45, n. 3, p. 224-35.
- Feres Júnior, João; Sassara, Luna de Oliveira; Miguel, Lorena; Candido, Marcia Rangel & Vieira, Lidiane Rezende (2015) "O cão de guarda nem sempre late: As organizações Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998", In Faria, Fabiano Godinho & Arêas, Jorge Braga (eds) *Globo 50 anos: a farsa também envelhece*. Curitiba, Editora Prismas, p. 149-76.
- Fraser, N (1993) *Rethinking the public sphere. A contribution to the critique of actually existing democracy. The Phantom Public Sphere. B. Robins*, Minneapolis, MN, University of
- Fraser, Nancy (1990) "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy", *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80.
- Gagliardi, Juliana (2018) 'Um projeto de poder por vias não democráticas': O Globo e a narrativa do Lulopetismo', *Programa de Pós-graduação em Comunicação*. Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- Gitlin, Todd (1998) "Problems in the Theory and Practice of the Public Sphere", *Media, Ritual and Identity*.
- Griffin, Cindy L. (1996) "The essentialist roots of the public sphere: A feminist critique", *Western Journal of Communication*, v. 60, n. 1, p. 21-39.
- Habermas, Jurgen (1989) *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*, Cambridge, MIT Press.
- Habermas, Jurgen (1996) *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*, Cambridge, MIT Press.
- Hallin, Daniel C. (1994) *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*, London; New York, Routledge.
- Hallin, Daniel C. & Mancini, Paolo (2004) *Comparing media systems: three models of media and politics*, Cambridge; New York, Cambridge University Press.
- Lattman-Weltman, F (2011) *A "Era Lula" e a "Grande Imprensa": crônica de uma relação viciada*, faac.unesp.br.
- Lattman-Weltman, F & Chagas, V (2017) *Insegurança (re) partidária e 'fogo amigo': a economia política da mídia na Era Lula*, seer.ufs.br.
- Marinho, Roberto Irineu; Marinho, João Roberto & Marinho, José Roberto (2011) 'Princípios editoriais do Grupo Globo', Grupo Globo.
- Maurer, PJ (1999) "Media feeding frenzies: Press behavior during two Clinton scandals", *Presidential Studies Quarterly*.
- Mendonça, Ricardo Fabrino & Simões, Paula Guimarães (2012) "Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27 n. 79 p. 187-201.
- Mundim, PS (2012) *Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006*, redalyc.org.
- Rojecki, Andrew (2014) "Making the news: politics, the media, and agenda setting, by Amber E. Boydston", *Political Communication*, v. 31, p. 497-99.
- Sabato, L (2000) *Feeding frenzy: Attack journalism and American politics*, Lanahan Pub Inc.
- Santos Junior, Marcelo Alves dos (2019) *#VaiPraCuba! : a gênese das redes de direita no facebook*, Curitiba, Appris.
- Scheufele, Dietram A. & Tewksbury, David (2007) "Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models", *Journal of Communication*, n. 57, p. 9-20.
- Schudson, M (1992) *Was There Ever a Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*.
- Secom (2014) 'Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira', Brasília, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM.
- Whitten-Woodring, Jenifer (2009) "Watchdog or Lapdog? Media Freedom, Regime Type, and Government Respect for Human Rights", *International Studies Quarterly*, v. 53, n. 3, p. 595-625.

AUTOR

João Feres Júnior é Professor associado do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)

FICHA TÉCNICA

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 • São Paulo • SP • Brasil

Responsáveis:
Christoph Heuser, representante da FES no Brasil
Gonzalo Berrón, diretor de programas
www.fes-brasil.org

Contato:
fesbrasil@fes.org.br

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

CERCO MIDIÁTICO

O lugar da esquerda na esfera “publicada”



A metáfora do cerco midiático permite que representemos a inclusão do PT no noticiário como objeto de derrogação, destituído de voz, ao longo dos anos que o partido esteve no poder. Ela também serve para descrevermos a exclusão do partido e de figuras como Haddad, sejam como objeto da notícia ou portadores de voz, ao longo dos governos Temer e Bolsonaro.



A data do afastamento de Dilma marca uma inflexão na cobertura do Governo Federal nos grandes jornais, de massacrante negatividade para predominância de neutralidade. Dilma não obteve qualquer lua de mel da imprensa – no seu primeiro mês do segundo mandato, a cobertura negativa triplicou. Já Michel Temer foi premiado com uma lua de mel de um ano de duração, a despeito dos escândalos de corrupção em seu governo e da crise econômica que se abatia sobre o país.



Desde a eleição de 2018, os grandes jornais adotam uma retórica da equivalência em seus editoriais, segunda a qual Jair Bolsonaro e seus seguidores representariam uma ameaça à democracia comparável a Lula e ao PT. Cometem uma modalidade de fake news, ao representarem um partido de centro-esquerda, que por 13 anos à frente da presidência do país respeitou diligentemente as instituições democráticas, como um bando de radicais que ameaçam a democracia.

Para mais informações sobre o tema, acesse:
www.fes-brasil.org